Câmara dos Deputados

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007, do Poder Executivo, que "dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências". PL 1627/2007

REQUERIMENTO Nº , DE 2008 (Da Sra. Rita Camata)

Requer realização de audiência pública para discutir o PL nº 1.627, de 2007.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir o PL nº 1.627, de 2007, que dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescentes em razão de prática de ato infracional Trata-se de matéria relevante para a sociedade brasileira, e como relatora da proposição considero fundamental que esta Comissão receba, para esclarecimento de todos os membros, e não apenas da relatora, informações sobre a realidade do atendimento socioeducativo e, principalmente, contribuições que possam ser oferecidas para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei em análise por esta Comissão.

Indico para serem convidados:

- Dra. Raquel Diaz Degenszajn, para tratar sobre ações na área de saúde mental (Psicanalista. Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Psicóloga do Centro de Saúde - Escola do Butantã - Faculdade de Medicina da USP)
- 2. Prof^a. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin, para tratar sobre ações na área de saúde mental (Professora da Graduação e do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC de São Paulo, onde coordena o Núcleo de Pesquisa Violências: sujeito e política. Consultora na área de garantia e promoção dos direitos de crianças e adolescentes e de políticas públicas para infância e juventude).
- **3. Sra. Heloísa Maira Viana de Carvalho**, para tratar sobre medida socioeducativa de internação (Diretora do CAJE Centro de Atendimento Juvenil Especializado, DF)
- 4. Representante da Fundação Cidade Mãe, para tratar sobre medida socioeducativa em meio aberto administrada por entidade governamental (Administração da Central de Medidas Socioeducativa de Meio Aberto da Prefeitura de Salvador, BA)
- 5. Representante da Província Marista do Brasil Centro-Norte / União Brasileira de Educação e Ensino UBEE / União Norte Brasileira de Educação e Cultura UNBEC, para tratar sobre medida socioeducativa em meio aberto administrada por entidade não-governamental (Coordenação de Centros de Apoio ao Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, e contempla ainda atendimento aos Egressos de Medida Socioeducativa Privativa de Liberdade em vários Estados do Brasil).

Sala da Comissão, em de setembro de 2008.

Deputada RITA CAMATA PMDB/ES